RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o cronograma dos trabalhos do Programa de Conciliação deste Tribunal, no ano de 2007:

MÊS	PERÍODO
Agosto	27 a 31
Setembro	24 a 28
Outubro	22 a 26
Novembro	26 a 30
Dezembro	10 a 14

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARLI FERREIRA

Presidente

RESOLUÇÃO 280, DE 22 DE MAIO DE 2007

Dispõe sobre a ampliação do Programa de Conciliação do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, ad referendum, no uso de suas atribuições regimentais,

considerando que o Código de Processo Civil, no artigo 125, incisos II e IV, c.c. artigo 331, recomenda a rápida solução do litígio e a conciliação;

considerando a Recomendação 8, de 27 de fevereiro de 2007, do Egrégio Conselho Nacional de Justiça;

considerando a Resolução 258, de 01 de dezembro de 2004, do Conselho de Administração desta Corte, que implantou o Programa de Conciliação na Terceira Região;

considerando a Resolução 159-CA, de 08 de maio de 2007, que padroniza o funcionamento das Turmas Suplementares das Primeira, Segunda e Terceira Seções deste Tribunal;

considerando as experiências bem sucedidas neste Tribunal, com solução mais ágil e efetiva, visando à pacificação de conflitos,

considerando a necessidade de padronização dos procedimentos a serem adotados no Programa de Conciliação,

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar o Programa de Conciliação do Tribunal Regional Federal da Terceira Região para que incida sobre os processos passíveis de conciliação, qualquer que seja a matéria.

Art. 2º Será constituída comissão permanente encarregada dessas atividades, sob a coordenação de um Desembargador Federal.

Art. 3º A tentativa de conciliação dar-se-á por intermédio de audiências presididas por Juizes Federais ou Juizes Federais Substitutos especialmente designados, em sistema de rodízio, com poderes para dirimir todas as questões pertinentes, segundo diretrizes pertinentes ao Programa de Conciliação, bem como homologar os respectivos acordos.

Art. 4º A atividade de conciliação recairá sobre os processos em trâmite nesta Corte, cujo objeto será selecionado previamente pelo Gabinete da Conciliação.

Parágrafo 1º. Caberá aos Chefes de Gabinete observar o estrito cumprimento do cronograma de envio dos autos estabelecido pelo Gabinete da Conciliação.

Parágrafo 2º. A solicitação de processos será feita por meio eletrônico.

Art. 5º As partes, por seus advogados, e o Ministério Público Federal, nas hipóteses de sua intervenção obrigatória, serão intimados, por qualquer via de comunicação, para comparecimento, nos dias e horários estabelecidos, no local designado.

Parágrafo único. A critério do Magistrado, far-se-á intimação pessoal das partes.

Art. 6º Os representantes judiciais das pessoas jurídicas de direito público ou privado comparecerão acompanhados de prepostos ou deverão estar devidamente autorizados a conciliar ou transigir, ainda que sob limites determinados.

Art. 7º Nos casos em que não ocorrer a conciliação, poderá ser designada nova data para prosseguimento da audiência.

Parágrafo único. Se infrutífera a tentativa de conciliação, os autos serão encaminhados às Turmas Suplementares, por meio da Secretaria de Processamento Geral da Presidência.

Art. 8º Para fins de homologação, o acordo será apresentado em petição escrita ou será reduzido a termo na audiência e não poderá implicar, salvo nas hipóteses legais, na exoneração do pagamento de custas judiciais.

Art. 9º Será estabelecido calendário para as conciliações cuja divulgação dar-se-á no site do Tribunal.

Art. 10º Os dados estatísticos relativos ao Programa de Conciliação serão encaminhados ao Egrégio Conselho Nacional de Justiça até o dia 10 do mês subsequente à realização da conciliação.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução 258-CA, de 01 de dezembro de 2004.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARLI FERREIRA

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 281, DE 25 DE MAIO DE 2007

Estrutura a Secretaria de Processamento Geral da Presidência - SPRO.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, ad referendum,

considerando a necessidade de dotar a Secretaria de Processamento Geral da Presidência desta Corte de estrutura adequada à execução de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Criar, na Secretaria de Processamento Geral da Presidência - SPRO a Seção de Processamento - RPOC, a Seção de Suporte a Magistrados - RSUM e a Seção de Apoio à Conciliação - RCOL.

Art. 2º Destinar à Secretaria de Processamento Geral da Presidência cargos efetivos e funções comissionadas criados pela Lei nº 10.772/2003, conforme segue:

I - à Secretaria de Processamento Geral da Presidência: 1 (um) cargo de Analista Judiciário, área judiciária, 1 (um) cargo de Técnico Judiciário, área administrativa, e 1 (uma) função comissionada FC-4;

II - à Seção de Processamento: 2 (dois) cargos de Analista Judiciário, área judiciária, 2 (dois) cargos de Técnico Judiciário, área administrativa, 1 (uma) função comissionada FC-5 e 1 (uma) função comissionada FC-4;

III - à Seção de Suporte a Magistrados: 4 (quatro) cargos de Analista Judiciário, área judiciária, 2 (dois) cargos de Técnico Judiciário, área administrativa, 1 (uma) função comissionada FC-5 e 5 (cinco) funções comissionadas FC-4;

IV - à Seção de Apoio à Conciliação: 1 (um) cargo de Analista Judiciário, área judiciária, 2 (dois) cargos de Técnico Judiciário, área administrativa, 1 (uma) função comissionada FC-5 e 1 (uma) função comissionada FC-4;

Parágrafo único. A destinação dos cargos efetivos e das funções comissionadas à Seção de Suporte a Magistrados tem

caráter transitório e vincula-se ao funcionamento das Turmas Suplementares.

Art. 3º Estabelecer a estrutura organizacional da SPRO, consoante previsto nos artigos anteriores, atribuindo os seguintes códigos e siglas:

ÓRGÃO	SIGLA	CÓDIGO
Secretaria de Processamento Geral da Presidência	SPRO	80.000
Seção de Processamento	RPOC	80.001
Seção de Suporte a Magistrados	RSUM	80.002
Seção de Apoio à Conciliação	RCOL	80.003

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARLI FERREIRA

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 282, DE 28 DE MAIO DE 2007

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ad referendum,

CONSIDERANDO as características específicas dos serviços realizados pela Assessoria de Organização e Métodos - ASOM,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir a Assessoria de Organização e Métodos, com a respectiva estrutura de cargos e funções, subordinada à Diretoria-Geral, à Presidência do Tribunal.

Art. 2º Criar, na Assessoria de Organização e Métodos da Presidência, a Seção de Apoio Administrativo, atribuindo-lhe a sigla RAPD e o código 22.001.

Art. 3º Destinar à Assessoria de Organização e Métodos uma função comissionada FC-5, criada pela Lei nº 10.772, de 21 de novembro de 2003.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARLI FERREIRA

Presidente

RESOLUÇÃO 287, DE 22 DE MAIO DE 2007

Dispõe sobre a alteração da Resolução 275, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, ad referendum, no uso de suas atribuições regimentais,

considerando a Resolução 275, de 22 de fevereiro de 2006, deste Conselho;

considerando os termos do Ofício 33/2007-GA01, de 05 de março de 2007, da 1ª Vara Federal de Coxim/MS,

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução 275, de 22 de fevereiro de 2006, referente à criação das Unidades Administrativas Regionais da Justiça Federal da Terceira Região, no sentido de deslocar a Subseção Judiciária de Coxim da Unidade-Sede de Corumbá para a de Campo Grande e a Subseção de Jales da Unidade-Sede de São José do Rio Preto para a de Araçatuba, passando a ter a seguinte redação:

Anexo - Resolução 275, de 22 de fevereiro de 2006	
Unidades Administrativas Regionais	
Seção Judiciária de São Paulo	
Subseção sede	Subseções vinculadas
São Paulo	São Paulo, São Bernardo do Campo, Guarulhos, Santo André, Osasco
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto, Franca, São Carlos, Araraquara
Campinas	Campinas, Piracicaba, Bragança Paulista, São João da Boa Vista, Jundiá, Americana
São José do Rio Preto	São José do Rio Preto, Catanduva
Presidente Prudente	Presidente Prudente
São José dos Campos	São José dos Campos, Guaratinguetá, Taubaté, Mogi das Cruzes, Caraguatatuba
Santos	Santos, Registro
Bauru	Bauru, Jau, Botucatu
Marília	Marília, Assis, Tupã, Ourinhos
Araçatuba	Araçatuba, Andradina, Jales
Sorocaba	Sorocaba, Avaré
Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	
Subseção sede	Subseções vinculadas
Campo Grande	Campo Grande, Três Lagoas, Coxim
Dourados	Dourados, Ponta Porá, Navirai
Corumbá	Corumbá

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MARLI FERREIRA

Presidente

DESPACHO PROFERIDO PELA EXMA. SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO.

Processo nº2005.03.0372-UCAJ(20179/05-SEHU)

Interessados: **FAUSTINO MARTINS DE LIMA** e **outras**

Advogados: Dr. Eduardo Manga Jacob (OAB/SP nº 182.167) e Wildner Turci (OAB/SP nº 188.279)

Assunto: PENSÃO ESTATUTÁRIA

Despacho: Fls. 147 - “Após o parecer da Diretoria-Geral desta C. Corte, opinando pelo não conhecimento do pedido, em virtude da falta de legitimidade processual do requerente, porquanto segundo o artigo 9º, inciso I, da Lei nº 9.784/99, para que estivesse apto a demandar interesse alheio seria necessário que investido do regular exercício de representação na forma da lei, o que, in casu, inoocorre, tendo em vista que o Código Civil, em seus artigos 1767, 1768 e 1773, define procedimento formal para a designação do substituto na realização dos atos do incapaz, foi proferido o seguinte despacho: Fls. 147: “Acolho o parecer da Diretoria-Geral. Não conheço do pedido. Comunique-se. São Paulo, 15 de maio de 2007.”

DESPACHO PROFERIDO PELA EXMA. SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO.

Processo nº2005.03.0109-UCAJ(04969/05-SEHU)

Interessado: **MARIA ANGELICA CONTE GAYA DA COSTA**
Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE

Despacho: Fls. 41 - “Acolho o parecer da Diretoria-Geral. Torno sem efeito a r. decisão de fls. 34. Comunique-se. Após, arquivem-se os autos. São Paulo, 15 de maio de 2007.”

DESPACHO PROFERIDO PELA EXMA. SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO.

Processo nº2006.03.0352-UCAJ(18964/06-SEHU)

Interessado: **MARIA DORACELMA CARVALHO SILVA**

Assunto: LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE

Despacho: Após o parecer da Diretoria-Geral desta C. Corte, no sentido da perda superveniente do interesse processual, porquanto obtido por outros meios e fundamentos, e servindo-se de outro instituto, o mesmo efeito prático almejado nos autos, qual seja, o exercício na Subseção Judiciária localizada na cidade de Teresina, foi proferido o seguinte despacho: Fls. 115 - “Acolho o parecer da Diretoria-Geral. Arquivem-se os autos. Comunique-se. São Paulo, 15 de maio de 2007.”

DESPACHOS PROFERIDOS PELA EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

Processo nº 1052/92

Interessada: MM. Juíza Drª. MARIA CRISTINA DE LUCA BARONGENO

Assunto: Averbação de tempo de serviço.

“Tendo em vista a informação retro, determino, em face do advento da Resolução nº 331/CJF, de 15/9/2003, quanto à MM. Juíza Federal Doutora MARIA CRISTINA DE LUCA BARONGENO, a averbação de 2.665 dias exercidos na atividade advocatícia para fins de aposentadoria e disponibilidade, referentes aos períodos de 16/5/85 a 15/5/87 e 6/7/87 a 21/10/92, já deduzida a concomitância parcial com a magistratura federal.

Dê-se ciência à ilustre magistrada da necessidade de apresentação de justificativa em relação à concomitância da magistratura federal com a atividade advocatícia no período de 22/10/92 a 8/9/95, no prazo de 60 dias.

Publique-se.

São Paulo, 03 de maio de 2007.”

Processo nº 98.03.0283

Interessado: MM. Juiz Dr. CLAUDIO ROBERTO CANATA

Assunto: Averbação de tempo de serviço.

“Tendo em vista a informação retro, defiro ao MM. Juiz Federal Doutor CLAUDIO ROBERTO CANATA a averbação de 4.438 dias prestados na atividade privada para os fins de aposentadoria e disponibilidade, referentes aos períodos de 1/11/73 a 17/11/75, 11/8/75 a 15/10/75, 16/10/75 a 13/12/80 e 24/4/91 a 1/12/96, já deduzida a concomitância parcial entre os períodos, com o Ministério da Fazenda e com a magistratura federal; e 959 dias trabalhados junto à Secretaria de Estado da Saúde para fins de aposentadoria, disponibilidade e adicionais, referentes ao período de 20/2/81 a 6/10/83.

Altero, em parte, os despachos de fls. 19, 57 e 58 para fazer constar a concessão do 3º quinquênio a partir de 2/12/96, data da posse e exercício na Justiça Federal da 3ª Região e 4º quinquênio completado em 27/3/2001.

Oficie-se ao ilustre magistrado solicitando esclarecimentos com relação à concomitância parcial existente entre a atividade advocatícia e a magistratura federal e dê-se ciência da necessidade de apresentação de certidões originais expedidas pelo Ministério da Fazenda com a assinatura do responsável pela certidão, visada pelo dirigente do órgão expedidor e pela Secretaria de Estado da Saúde com a ratificação da data do exercício, para regularização da averbação.

Publique-se.

São Paulo, 03 de maio de 2007.”

Processo nº 98.03.0319

Interessado: MM. Juiz Dr. SERGIO NOJIRI

Assunto: Averbação de tempo de serviço

“Tendo em vista a informação retro, defiro ao MM. Juiz Federal Doutor SÉRGIO NOJIRI a averbação de 456 dias para fins de gratificação adicional, referentes ao período de 31/8/94 a 29/11/95 e 2.215 dias para fins de aposentadoria e disponibilidade, referentes ao período de 6/11/89 a 29/11/95, exercidos na atividade advocatícia.

Altero, em parte, os despachos de fls. 27, 38 e 39 para fazer constar a concessão do 6º anuênio a partir de 30/11/95, data da posse e exercício na Justiça Federal da 3ª Região e 2º quinquênio completado em 3/11/99.

Publique-se e dê-se ciência.

São Paulo, 03 de maio de 2007.”

Processo nº 2004.03.0126

Interessado: MM. Juiz Dr. DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

Assunto: Averbação de tempo de serviço

“Tendo em vista a informação retro, bem como o decidido pelo Conselho da Justiça Federal da Terceira Região nos autos do processo nº 2002.03.0238, indefiro a averbação do tempo de estágio prestado pelo MM. Juiz Federal Substituto Doutor DOUGLAS CAMARINHA GONZALES ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Dê-se ciência. Publique-se.

São Paulo, 03 de maio de 2007.”

Processo nº 2005.03.0280

Interessada: MMª. Juíza Drª. MAIRA FELIPE LOURENÇO

Assunto: Averbação de tempo de serviço.

“Tendo em vista a informação retro, defiro à MM. Juíza Federal Substituta Doutora MAIRA FELIPE LOURENÇO a averbação de 1.256 dias para fins de aposentadoria e disponibilidade, referentes aos períodos de 7/5/2003 a 4/2/2004, 5/2/2004 a 9/6/2005 e 1/5/2001 a 6/9/2002, trabalhados, respectivamente, junto ao Banco Central do Brasil, à Justiça Federal de Primeira Instância da 2ª Região / magistratura federal e em atividade privada.

Ainda considerando a referida informação, bem como o decidido pelo Conselho da Justiça Federal da Terceira Região nos autos do processo nº 2002.03.0238, indefiro a averbação do tempo de estágio prestado pela MM. Juíza ao Ministério Público Federal.

Em face do advento da Lei nº 11.143, de 26/7/2005, e da Resolução nº 13, de 21/3/2006, do Conselho Nacional de Justiça, dou por prejudicado o pedido de averbação dos referidos períodos para fins de adicionais.

Publique-se e dê-se ciência.

São Paulo, 03 de maio de 2007.”

Processo nº 2006.03.0367

Interessado: MM. Juiz Dr. JOSE TARCISIO JANUARIO

Assunto: Averbação

“Tendo em vista a informação retro, defiro ao MM. Juiz Federal Substituto Doutor JOSE TARCISIO JANUARIO a averbação de 4.410 dias para fins de aposentadoria, disponibilidade e férias, referentes ao período de 10/12/93 a 5/1/2006, trabalhados junto ao Ministério da Fazenda.

Publique-se e dê-se ciência.

São Paulo, 03 de maio de 2007.”

Processo nº 2006.03.0375

Interessado: MM. Juiz Dr. ALEXANDRE CARNEIRO LIMA

Assunto: Averbação

“Tendo em vista a informação retro, defiro ao MM. Juiz Federal Substituto Doutor ALEXANDRE CARNEIRO LIMA a averbação de 277 dias, trabalhados junto à Justiça Federal de Primeira Instância da 3ª Região, para fins de aposentadoria e disponibilidade, referentes ao período de 2/6/95 a 4/3/96 e 2.709 dias, prestados à Advocacia-Geral da União, para fins de aposentadoria, disponibilidade e férias, relativos ao período de 7/8/98 a 5/1/06.

Publique-se e dê-se ciência.

São Paulo, 03 de maio de 2007.”

DESPACHO PROFERIDO PELA EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

Processo nº 2007.03.0167

Interessado: MM. Juiz Dr. PAULO RUI KUMAGAI DE AGUIAR PUPPO

Assunto: Licença-paternidade.

“Tendo em vista as férias de 2 a 31/5/07, defiro a licença-paternidade de 1 a 5/6/07, nos termos do artigo 12, parágrafo único, da Resolução 383/04-CJF.

S.P., 23/5/2007.”

DESPACHO PROFERIDO PELA EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO NO OFÍCIO Nº 14/2007-SEC02, REFERENTE AO PEDIDO DE AUSÊNCIA DO MM. JUIZ FEDERAL DOUTOR HERALDO GARCIA VITTA PARA ORIENTAÇÃO DA TESE DE DOUTORADO, NO DIA 30/5/2007, SEM PREJUÍZO DAS FUNÇÕES JURISDICIONAIS.

“Defiro o pedido.

Dê-se ciência a COGE.

S.P., 16/5/2007.”

DESPACHO PROFERIDO PELA EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO NO REQUERIMENTO DATADO DE 24/5/2007, REFERENTE AO PEDIDO DE AUSÊNCIA DO MM. JUIZ FEDERAL DOUTOR WILSON PEREIRA JUNIOR PARA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, NOS DIAS 31/5 E 1/6/2007, SEM PREJUÍZO DAS FUNÇÕES JURISDICIONAIS.

“Defiro o pedido.

Dê-se ciência.

S.P., 24/5/2007.”

SEÇÃO IV - DIRETORIA-GERAL

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Divisão de Compras e Licitações, com atribuição dada pela Portaria n.º 192/98 e de acordo com o artigo 15, § 2º da Lei nº 8.666/93 e artigo 6º, inciso I do Decreto n.º 3.931/2001, torna público que não sofreram alterações os preços registrados no Sistema de Registro de Preços, publicados no D.O.E., Poder Judiciário, Caderno 1, Parte I, nº 76 (220), de 30.11.2006, página 275 e nº 77 (40), de 01.03.2007, página 209. Os preços registrados estão disponíveis na internet, no endereço eletrônico http://www.trf3.gov.br, página de Licitações.

São Paulo, 29 de maio de 2007.